TEKNO S/A – INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CNPJ 33.467.572/0001-34

Proposta da Administração para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de julho 2020

ÍNDICE

	Página
I - Ordem do dia	03
II - Representação	03
III - Proposta encaminhada pelo Conselho de Administração à Assembleia	04
IV - Comentários dos diretores sobre a situação financeira da companhia (item 10 do formulário de referência)	04
V - Relatório dos auditores independentes	24
VI - Parecer do Conselho Fiscal	28
VII – Proposta de destinação do lucro líquido do exercício (Anexo 9-1-II da IN CVM 481)	29
VIII – Instalação do Conselho Fiscal (itens 12.5 a 12.10 do formulário de referência)	35
IX – Remuneração dos Administradores (item 13 do formulário de referência)	38
X - Ratificação da Alteração do Jornal	50

I – ORDEM DO DIA

Deliberar sobre:

a) Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019;
b) Orçamento de Capital;
c) Destinação do lucro do exercício findo e distribuição dos dividendos;
d) Fixação da verba anual da remuneração dos administradores;
e) Instalação do Conselho Fiscal.
f) Ratificação da alteração do Jornal.

II – REPRESENTAÇÃO

Considerando a pandemia da COVID-19 (coronavírus) no Brasil e as restrições de circulação e reunião de pessoas dela decorrentes, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida para a votação a distância constam no Boletim de Voto à Distância que pode ser acessado nos websites mencionados acima; e (b) via Plataforma Digital, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da INCVM481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, mesmo que o Acionista já tenha enviado o Boletim de Voto à Distância, poderá, caso queira, votar na Assembleia, hipótese em que todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas.

Os Acionistas que desejem participar da Assembleia deverão enviar para o e-mail ri@tekno.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 14 de julho de 2020, os seguintes documentos: (i) pessoas físicas: documento válido de identidade com foto e número do CPF; (ii) pessoas jurídicas: último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, CNPJ e documento de identidade com foto do representante legal; (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade, demonstrando a titularidade das ações em até 3 (três) dias antes da data da realização da Assembleia; (iv) instrumento de mandato, na hipótese de representação do Acionista, acompanhado dos documentos indicados no item (ii), caso o Acionista seja pessoa jurídica; e/ou (v) relativamente aos Acionistas participantes da custódia de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela entidade competente, demonstrando a titularidade das ações em até 3(três) dias antes da data da realização da Assembleia. Nos termos do artigo 5º, §3º da IN CVM 481, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta Assembleia, a Companhia dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos

documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima.

III – PROPOSTA ENCAMINHADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA

a) Aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2019, dando a seguinte destinação ao lucro apurado no exercício, após a amortização dos prejuízos acumulados:

a.1) Destinar a importância de **R$.103.203,30** (cento e três mil, duzentos e três reais e trinta centavos), para ser incorporada à Reserva Legal nos termos do Parágrafo 2º, do Art. 33 do Estatuto Social.

a.2) Aprovar, a título de dividendos mínimos obrigatórios, observada a prioridade de recebimento dos acionistas preferencialistas subscritores de 1.360.709 (um milhão, trezentas e sessenta mil e setecentas e nove) ações, a importância de **R$.490.263,40** (quatrocentos e noventa mil, duzentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), sem correção, nos termos do parágrafo 3º do Art.33 do Estatuto Social.

a.3) Destinar a importância de **R$.1.470.599,35** (um milhão, quatrocentos e setenta mil, quinhentos e noventa e nove reais e trinta e cinco centavos) correspondente ao saldo remanescente do lucro apurado no exercício para a conta de Reserva de Lucros, tendo em vista as necessidades de investimentos em máquinas, equipamentos e atualização tecnológica, dentro da política financeira da Empresa de operar preferencialmente com recursos próprios, conforme demonstrado no orçamento de capital a ser encaminhado à Assembleia.

b) Pagar os dividendos mínimos obrigatórios no prazo de até 60 (sessenta) dias após a realização da Assembleia Geral Ordinária.

c) Fixar, para remuneração global dos Administradores da Companhia, para o exercício em curso, o montante de **R$.3.491.322,03** (três milhões, quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e vinte e dois reais e três centavos), já inclusos neste valor todos os encargos sociais.

IV – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA (ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

10.1) Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais saudáveis e está apta a cumprir todas as suas obrigações de curto e longo prazo.

- **Margem de rentabilidade líquida**

	Consolidado				
	2019	**Variação %**	**2018**	**Variação %**	**2017**
Receita operacional líquida	149.259	**8,8%**	137.170	**10,6%**	124.056
Resultado financeiro	3.909	**-55,2%**	8.732	**202,6%**	2.886
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício, atribuído ao acionista controlador (TEKNO)	9.383	**1206,8%**	718	**-104,6%**	(15.704)
% de Margem Líquida	**6%**		**1%**		**-13%**

A receita operacional líquida consolidada apresentou aumento de aproximadamente 9% no exercício de 2019, se comparado com o exercício anterior, devido ao aumento do volume produzido, principalmente, com relação ao segmento de industrialização de bobinas metálicas pré-pintadas pela Companhia.

A redução apresentada no resultado financeiro consolidado é decorrente do reconhecimento, no exercício de 2019, de receitas financeiras inferiores àquelas reconhecidas no ano de 2018, relativas à atualização monetária de créditos de PIS/COFINS, gerados pela exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo, reconhecidos em mandado de segurança impetrado pela Companhia, com decisão transitada em julgado.

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de 9.383 mil foi fruto i) do reconhecimento dos créditos de PIS e COFINS e de sua atualização monetária no mencionado mandado de segurança; ii) dos ainda que tímidos sinais de recuperação do setor de construção civil; e iii) das ações tomadas pela Companhia buscando ampliar a receita operacional líquida, mitigar os custos e melhorar a margem de lucro.

- **Índices de liquidez**

	Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Ativo circulante + RLP	127.489	111.673	97.009
Passivo	46.951	41.259	31.820
Liquidez Geral	**2,72**	**2,71**	**3,05**

	Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Ativo circulante	117.607	108.238	88.774
Passivo circulante	37.051	33.297	23.020
Liquidez Corrente	**3,17**	**3,25**	**3,86**

	Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Caixa e equivalentes de caixa	27.670	16.786	20.753
Passivo circulante	37.051	33.297	23.020
Liquidez Imediata	**0,75**	**0,50**	**0,90**

Os Índices acima demonstram que a Companhia não possui, no momento, deficiências de liquidez, mantendo plena capacidade de honrar seus compromissos.

Em 31 de dezembro de 2019, para cada 1,00 real de passivo circulante, a Companhia possuía 3,17 reais em ativo, sendo que, 0,75 reais em disponibilidades no caixa e equivalentes de caixa.

b) Estrutura de capital

- **Estrutura de capital**

	Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Passivo	46.951	41.259	31.820
Patrimonio Líquido	181.876	173.375	172.999
	228.827	**214.634**	**204.819**
% de Capital de terceiros	**21%**	**19%**	**16%**
% de Capital próprio	**79%**	**81%**	**84%**

Consideramos como capital de terceiros, os valores do passivo total (passivo circulante + passivo não circulante) e como capital próprio os valores do patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro 2019, o capital empregado nas operações da empresa era composto por 21% de capital de terceiros e 79% de capital próprio. O percentual de utilização de capital de terceiros não apresentou variação relevante entre 2017 e 2019.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme demonstrado pelos índices de Liquidez, apresentados no item 10.1.a, a Companhia possui plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia detém uma posição financeira que possibilita financiar suas operações e investimentos atuais com recursos próprios. Entretanto, a mesma poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos destes recursos sejam favoráveis no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem deficiências de liquidez. No entanto, poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos e prazos destes recursos forem favoráveis no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

I. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2019, a companhia e suas controladas possuíam os seguintes contratos de empréstimos e financiamentos:

					Controladora			
					Circulante		Não circulante	
Banco ou Instituição Financeira	Tipo de financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES - Infraestrutura (i) (ix)	Pós-fixado	Real	7,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	-	166	-	191
Desenvolve SP (ii) (ix)	Pós-fixado	Real	7,50% a.a. + IPCA	Março/2021	-	1.595	-	1.816
HP Financial (iii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	143	122	182	325
HP Financial (iv)	Pré-fixado	Real	1,06% a.m.	Março/2023	43	39	117	160
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Fevereiro/2019	-	574	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Março/2019	-	905	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,68% a.a.	Abril/2019	-	453	-	-
Bradesco - Capital de giro (vi)	Pós-fixado	Real	2,40% a.a. + CDI	Junho/2022	1.028	-	1.533	-
BB Leasing (vii)	Pré-fixado	Real	1,03% a.m.	Agosto/2022	91	-	176	-
					1.305	**3.854**	**2.008**	**2.492**

Banco ou Instituição Financeira	Tipo de financiamento	Moeda de captação	Taxa de juros	Última data vencimento	Consolidado			
					Circulante		Não circulante	
					31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
BNDES - Infraestrutura (i) (ix)	Pós-fixado	Real	7,00% a.a. + TJLP	Fevereiro/2021	-	166	-	191
Desenvolve SP (ii) (ix)	Pós-fixado	Real	7,5% a.a. + IPCA	Março/2021	-	1.595	-	1.816
HP Financial (iii)	Pré-fixado	Real	1,38% a.m.	Janeiro/2022	143	122	182	325
HP Financial (iv)	Pré-fixado	Real	1,06% a.m.	Março/2023	43	39	117	160
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Fevereiro/2019	-	574	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,82% a.a.	Março/2019	-	905	-	-
Itaú FINIMP (v)	Pré-fixado	Dólar	5,68% a.a.	Abril/2019	-	453	-	-
Bradesco - Capital de giro (vi)	Pós-fixado	Real	2,40% a.a. + CDI	Junho/2022	1.028	-	1.533	-
BB Leasing (vii)	Pré-fixado	Real	1,03% a.m.	Agosto/2022	91	-	176	-
BNDES - Finame Casamob (viii)	Pré-fixado	Real	6,00% a.a.	Abril/2019	-	17	-	-
					1.305	**3.871**	**2.008**	**2.492**

(i) Financiamento BNDES referente a ampliação de edificação industrial efetuado pela Companhia, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,00% ao ano + TJLP reconhecidos de forma pro rata. O bem construído foi objeto de garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.

(ii) Financiamento Desenvolve São Paulo referente a aquisição de máquinas e equipamentos, com encargos financeiros pós-fixados a taxa de 7,50% ao ano + IPCA reconhecidos de forma pro rata. Um imóvel da Companhia situado na cidade de São Paulo/SP e parte dos bens adquiridos foram utilizados como garantia da operação e não há cláusulas restritivas no contrato.

(iii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,38% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato.

(iv) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,06% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição HP Financial e não há cláusulas restritivas no contrato.

(v) Financiamentos FINIMP em moeda estrangeira, adquiridos pela Companhia, para importação de matéria prima, utilizando as aplicações financeiras como garantia da operação. Foram adquiridos contratos a termo de compra de dólar nos mesmos valores e vencimentos da operação para fins de proteção de eventuais oscilações da moeda. Os financiamentos adquiridos foram liquidados no exercício de 2019.

(vi) Empréstimo de capital de giro adquirido pela Companhia, sem cláusulas restritivas.

(vii) Arrendamento mercantil referente a aquisição de equipamentos de informática, com encargos financeiros pré-fixados a taxa de 1,03% ao mês reconhecidos de forma pro rata. O bem adquirido garante a operação com a Instituição BB Leasing e não há cláusulas restritivas no contrato.

(viii) Financiamento FINAME adquirido pela controlada Casamob para aquisição de empilhadeiras, sem cláusulas restritivas, garantido pelo bem objeto do financiamento.

(ix) Os financiamentos mencionados nos itens (i) e (ii) foram liquidados antecipadamente pela Companhia, pois foi adquirido um novo empréstimo (item vi) que apresentava melhores condições de prazo e taxa de Juros.

II. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo com instituições financeiras foram mencionadas no item anterior.

III. Grau de subordinação entre as dívidas

Não há grau de subordinação entre dívidas.

IV. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não existem restrições impostas a Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

- **Demonstração do resultado – Consolidado**

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018:

	Consolidado				
	2019	Analise Vertical	2018	Analise Vertical	Variação 2019/2018
Receita operacional líquida	**149.259**	100%	**137.170**	100 %	**9 %**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(118.660)	-87%	(118.820)	-87 %	**0 %**
Resultado bruto	**30.599**	13%	**18.350**	13 %	**67 %**
Despesas operacionais, líquidas	(20.450)	-16%	(22.069)	-16 %	**-7 %**
Resultado de equivalência patrimonial	2.079	1%	744	1 %	**179 %**
Resultado antes do resultado financeiro	**12.228**	-2%	**(2.975)**	-2 %	**-511 %**
Resultado financeiro	3.909	6%	8.732	6 %	**-55 %**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**16.137**	4%	**5.757**	4 %	**180 %**
Imposto de renda e contribuição social	(6.754)	-4%	(5.039)	-4 %	**34 %**
Resultado líquido do período	**9.383**	1%	**718**	1 %	**1.207 %**

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida consolidada apresentou aumento de 9% no exercício de 2019, se comparado com exercício anterior, devido ao aumento do volume produzido, principalmente, com relação ao segmento de industrialização de bobinas metálicas pré-pintadas pela Companhia.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

Mesmo com o aumento citado acima da Receita Operacional líquida o custo dos produtos vendidos e serviços prestados consolidado manteve-se estável, se comparado com o exercício anterior, em razão **i)** da diminuição dos gastos com matérias-primas (maior participação do seguimento de industrialização de bobinas pré-pintadas); **ii)** da redução do quadro de colaboradores da Companhia e da controlada Casamob, e dos gastos com manutenções.

Resultado bruto

O lucro bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou R$ 30.599 mil, o que representa um aumento de R$ 17.751 mil, ou 67%, em relação a 2018, quando totalizou R$ 18.350 mil.
No exercício de 2019, o lucro bruto representou 21% da receita operacional líquida e no exercício de 2018, este percentual era de 13%.
Os diretores informam que este aumento da margem se deve, principalmente, ao aumento das receitas operacionais líquidas.

Despesas operacionais, líquidas

As Despesas operacionais líquidas consolidadas apresentaram uma redução de 7% no exercício de 2019, se comparado ao exercício anterior, em razão da redução **i)** dos gastos com publicidade, propaganda e fretes nas controladas Casamob e Alukroma; **ii)** dos gastos com serviços prestados de terceiros relacionados com vendas; **iii)** do quadro de colaboradores da controlada Casamob; e **iv)** da provisão dos honorários advocatícios relativos ao transito em julgado que resultou no reconhecimento de créditos de PIS e COFINS, em razão da exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo.

Resultado de equivalência patrimonial

O aumento apresentado no resultado de equivalência patrimonial consolidado no exercício de 2019, em comparação ao exercício anterior, decorreu principalmente do aumento do lucro apresentado pela controlada em conjunto Perfilor.

Resultado financeiro

A redução apresentada no resultado financeiro consolidado é decorrente do reconhecimento, no exercício de 2019, de receitas financeiras inferiores àquelas reconhecidas no ano de 2018, relativas à atualização monetária de créditos de PIS/COFINS, gerados pela exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia apresentou lucro tributável e a despesa com imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 6.754.

Resultado líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 de 9.383 mil, consolida uma tendência de recuperação que já tinha se manifestado no exercício anterior quando o resultado inverteu uma série de prejuízos anteriores.

Comparação dos resultados referentes aos exercícios findos em 31/12/2018 e 31/12/2017:

	Consolidado				
	2018	**Análise Vertical**	**2017**	**Análise Vertical**	**Variação 2018/2017**
Receita operacional líquida	**137.170**	100%	**124.056**	100%	**11%**
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(118.820)	-87%	(112.587)	-91%	**6%**
Resultado bruto	**18.350**	13%	**11.469**	9%	**60%**
Despesas operacionais, líquidas	(22.069)	-16%	(30.676)	-25%	**-28%**
Resultado de equivalência patrimonial	744	1%	(756)	-1%	**198%**
Resultado antes do resultado financeiro	**(2.975)**	-2%	**(19.963)**	-16%	**-85%**
Resultado financeiro	8.732	6%	2.886	2%	**203%**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**5.757**	4%	**(17.077)**	-14%	**-134%**
Imposto de renda e contribuição social	(5.039)	-4%	1.373	1%	**-467%**
Resultado líquido do exercício	**718**	1%	**(15.704)**	-13%	**105%**

Receita operacional líquida

A Receita operacional líquida consolidada apresentou aumento de 11% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, em razão de reajustes de preços implementados pela Companhia, maior volume de venda e melhor mix de produtos.

Custos dos produtos vendidos e serviços prestados

O Custo dos produtos vendidos e serviços prestados consolidado apresentou aumento de 6% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, principalmente, pelo aumento do volume produzido pela Tekno e também nos valores de alguns insumos, o que elevou o gasto com matéria-prima (aço e tinta), e o consumo de energia e gás natural.

Resultado bruto

O lucro bruto do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizou R$18.350 mil, o que representa um aumento de R$6.881 mil, ou 60%, em relação a 2017, quando totalizou R$11.469 mil.
No exercício de 2018, o lucro bruto representou 13% da receita operacional líquida e no exercício de 2017, este percentual era de 9%.

Os diretores informam que este aumento da margem se deve, principalmente, ao aumento das receitas operacionais líquidas.

Despesas operacionais, líquidas

As Despesas operacionais líquidas consolidadas apresentaram uma redução de 28% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, em razão da **i)** redução das despesas de pessoal, consequência da redução do quadro de colaboradores da Companhia e da controlada Casamob; **ii)** redução de tributos, em virtude do reconhecimento do ICMS relativo a um débito tributário discutido judicialmente e que foi inserido no Programa Especial de Parcelamento (PEP) no ano de 2017; **iii)** Aumento de outras receitas operacionais, devido ao reconhecimento de créditos de PIS e COFINS, gerados pela exclusão do ICMS da base de cálculo; **iv)** e do aumento de outras receitas operacionais obtidas na venda de energia elétrica.

Resultado de equivalência patrimonial

A variação apresentada no resultado de equivalência patrimonial consolidado do exercício de 2018, em comparação ao exercício anterior, decorreu do melhor desempenho apresentado pelas controladas em conjunto Wolverine/Tekno e Perfilor.

Resultado financeiro

O resultado financeiro consolidado apresentou aumento 203% no exercício de 2018, se comparado com o exercício anterior, devido à atualização monetária de créditos de PIS e COFINS, gerados pela exclusão do ICMS das suas respectivas bases de cálculo.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a companhia apresentou lucro tributável e a despesa com imposto de renda e contribuição social totalizou R$ 5.039.

Resultado líquido do exercício

O Lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de 718 mil, inverte uma série de prejuízos apresentados nos últimos exercícios.

- **Balanço patrimonial – Consolidado**

Análise comparativa entre os balanços patrimoniais consolidados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

ATIVO	Consolidado 31/12/2019	Analise Vertical	31/12/2018	Analise Vertical	Variação 2019/2018
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	27.670	12 %	16.786	8 %	**65 %**
Aplicações financeiras	-	0 %	2.193	1 %	**-100 %**
Contas a receber de clientes	38.278	17 %	32.765	15 %	**17 %**
Estoques	37.139	16 %	39.594	18 %	**-6 %**
Tributos a recuperar	14.169	6 %	16.568	8 %	**-14 %**
Outros créditos	144	0 %	140	0 %	**3 %**
Despesas antecipadas	207	0 %	192	0 %	**8 %**
Total do ativo circulante	117.607	51 %	108.238	50 %	**9 %**
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	9.779	4 %	3.282	2 %	**198 %**
Depósitos judiciais	103	0 %	153	0 %	**-33 %**
Investimentos	17.894	8 %	15.815	7 %	**13 %**
Imobilizado	81.246	36 %	84.320	39 %	**-4 %**
Intangível	2.198	1 %	2.826	1 %	**-22 %**
Total do ativo não circulante	111.220	49 %	106.396	50 %	**5 %**
TOTAL DO ATIVO	**228.827**		**214.634**		**7 %**

PASSIVO	Consolidado 31/12/2019	Analise Vertical	31/12/2018	Analise Vertical	Variação 2019/2018
CIRCULANTE					
Fornecedores	24.232	11 %	17.827	8 %	**36 %**
Obrigações sociais e trabalhistas	8.090	4 %	5.788	3 %	**40 %**
Empréstimos e financiamentos	1.305	1 %	3.871	2 %	**-66 %**
Obrigações fiscais	649	0 %	646	0 %	**0 %**
Imposto de renda e contribuição social	-	0 %	2.442	1 %	**-100 %**
Adiantamentos de clientes	128	0 %	677	0 %	**-81 %**
Participações estatutárias	190	0 %	190	0 %	**0 %**
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	341	0 %	123	0 %	**177 %**
Dividendos mínimos obrigatórios	490	0 %	-	0 %	**-**
Outras exigibilidades	1.626	1 %	1.733	1 %	**-6 %**
Total do passivo circulante	37.051	16 %	33.297	16 %	**11 %**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.008	1 %	2.492	1 %	**-19 %**
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	202	0 %	640	0 %	**-68 %**
Provisão para passivo pós- emprego	1.039	0 %	960	0 %	**8 %**
Provisão para aposentadoria compulsória	3.620	2 %	3.245	2 %	**12 %**
Impostos diferidos	3.031	1 %	625	0 %	**385 %**
Total do passivo não circulante	9.900	4 %	7.962	4 %	**24 %**
TOTAL DO PASSIVO	46.951	21 %	41.259	19 %	**14 %**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	177.000	77 %	177.000	82 %	**0 %**
Dividendos adicionais propostos	1.471	1 %	-	0 %	**-**
Reserva legal	103	0 %	-	0 %	**-**
Reserva de incentivos fiscais	1.450	1 %	1.450	1 %	**0 %**
Prejuízos acumulados	-	0 %	(7.957)	-4 %	**-100 %**
Ajuste de avaliação patrimonial	1.803	1 %	2.441	1 %	**-26 %**
Outros resultados abrangentes	49	0 %	441	0 %	**-89 %**
Total	181.876	79 %	173.375	81 %	**5 %**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**228.827**		**214.634**		**7 %**

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa Consolidado apresentava um montante de R$27.670 mil comparado com um montante de R$16.786 mil em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 65%. Os diretores informam que essa variação é proveniente do maior recebimento decorrente do aumento do volume produzido e vendido, principalmente com relação ao segmento de industrialização de bobinas metálicas pré-pintadas.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2019, as contas a receber de clientes totalizavam R$38.278 mil, representando um aumento de R$5.513 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2018, quando o saldo ficou em R$32.765 mil, ou seja, um aumento percentual de 17%. Os diretores da Companhia informam que essa variação é explicada pelo aumento do volume produzido e vendido no exercício de 2019.

Estoques

Os diretores informam que os estoques diminuíram em 6% entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 devido ao aumento no volume de vendas da Companhia, em específico no mês de dezembro de 2019 em relação ao mesmo mês no exercício anterior.

Tributos a recuperar

Os diretores informam que a redução em tributos a recuperar, no ativo circulante no montante de R$ 2.724, é decorrente da reclassificação dos créditos de PIS/COFINS de curto pra longo prazo, conforme expectativa de realização.

Fornecedores

A conta de fornecedores do balanço patrimonial Consolidado apresentava um montante de R$24.232 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$17.827 mil em 31 de dezembro de 2018, resultando em um aumento de R$6.405 mil no período. Isso ocorreu em razão do aumento no volume produzido e também ao prolongamento nos prazos de pagamentos que a Companhia tem promovido junto aos seus fornecedores visando uma melhor gestão do capital de giro.

Obrigações Sociais e Trabalhistas

A conta de obrigações sociais e trabalhistas do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R$8.090 mil em 31 de dezembro de 2019 e R$5.788 mil em 31 de dezembro de 2018. O aumento registrado, no montante de R$2.302 mil, é proveniente do aumento nos saldos de tributos sociais a recolher e do saldo do PLR a recolher.

Empréstimos e financiamentos

Os diretores informam que a redução apresentada na conta de empréstimos e financiamentos é proveniente, principalmente, das quitações e amortizações dos empréstimos em 2019.

Análise comparativa entre os balanços patrimoniais consolidados referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

	Consolidado				
ATIVO	**31/12/2018**	**Analise Vertical**	**31/12/2017**	**Analise Vertical**	**Variação 2018/2017**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	16.786	8 %	20.753	10 %	**-19 %**
Aplicações financeiras	2.193	1 %	-	0 %	-
Contas a receber de clientes	32.765	15 %	30.755	15 %	**7 %**
Estoques	39.594	18 %	34.572	17 %	**15 %**
Tributos a recuperar	16.568	8 %	2.264	1 %	**632 %**
Outros créditos	140	0 %	232	0 %	**-40 %**
Despesas antecipadas	192	0 %	198	0 %	**-3 %**
Total do ativo circulante	108.238	50 %	88.774	43 %	**22 %**
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recuperar	3.282	2 %	4.510	2 %	**-27 %**
Depósitos judiciais	153	0 %	2.286	1 %	**-93 %**
Impostos diferidos	-	0 %	1.439	1 %	**-100 %**
Investimentos	15.815	7 %	15.071	7 %	**5 %**
Imobilizado	84.320	39 %	89.158	44 %	**-5 %**
Intangível	2.826	1 %	3.581	2 %	**-21 %**
Total do ativo não circulante	106.396	50 %	116.045	57 %	**-8 %**
TOTAL DO ATIVO	**214.634**		**204.819**		**5 %**

	Consolidado				
PASSIVO	**31/12/2018**	**Analise Vertical**	**31/12/2017**	**Analise Vertical**	**Variação 2018/2017**
CIRCULANTE					
Fornecedores	17.827	8 %	13.490	7 %	**32 %**
Obrigações sociais e trabalhistas	5.788	3 %	5.567	3 %	**4 %**
Empréstimos e financiamentos	3.871	2 %	1.842	1 %	**110 %**
Obrigações fiscais	3.088	1 %	112	0 %	**2.657 %**
Adiantamentos de clientes	677	0 %	729	0 %	**-7 %**
Participações estatutárias	190	0 %	190	0 %	**0 %**
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	123	0 %	481	0 %	**-74 %**
Outras exigibilidades	1.733	1 %	609	0 %	**185 %**
Total do passivo circulante	33.297	16 %	23.020	11 %	**45 %**
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	2.492	1 %	3.949	2 %	**-37 %**
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	640	0 %	574	0 %	**11 %**
Provisão para passivo pós- emprego	960	0 %	697	0 %	**38 %**
Provisão para aposentadoria compulsória	3.245	2 %	3.580	2 %	**-9 %**
Impostos diferidos	625	0 %	-	0 %	-
Total do passivo não circulante	7.962	4 %	8.800	4 %	**-10 %**
TOTAL DO PASSIVO	41.259	19 %	31.820	16 %	**30 %**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	177.000	82 %	177.000	86 %	**0 %**
Reserva de incentivos fiscais	1.450	1 %	1.450	1 %	**0 %**
Prejuízos acumulados	(7.957)	-4 %	(9.410)	-5 %	**-15 %**
Ajuste de avaliação patrimonial	2.441	1 %	3.176	2 %	**-23 %**
Outros resultados abrangentes	441	0 %	783	0 %	**-44 %**
Total	173.375	81 %	172.999	84 %	**0 %**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**214.634**		**204.819**		**5 %**

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa Consolidado apresentava um montante de R$16.786 mil comparado com um montante de R$20.753 mil em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 19%. Os diretores informam que essa redução é proveniente dos investimentos realizados pela Companhia, descritos no item 10.8 deste tópico.

Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2018, as contas a receber de clientes totalizavam R$32.765 mil, representando um aumento de R$2.010 mil, se comparado a 31 de dezembro de 2017, quando o saldo ficou em R$30.755 mil, ou seja, um aumento percentual de 7%. Os diretores da Companhia informam que essa variação é explicada pelo aumento nas vendas no exercício de 2018.

Estoques

Os diretores informam que os estoques aumentaram em 15% entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 devido ao aumento no volume de vendas da Companhia.

Tributos a recuperar

Os diretores informam que o aumento apresentado em tributos a recuperar, no ativo circulante no montante de R$ 14.304, é decorrente do reconhecimento dos créditos de PIS/COFINS referentes ao período de 12/2002 a 11/2007, no mandado de segurança em que se questionava a exclusão do ICMS da base de cálculo dos referidos impostos.

Fornecedores

A conta de fornecedores do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R$17.827 mil em 31 de dezembro de 2018 e R$13.490 mil em 31 de dezembro de 2017, resultando em um aumento de R$4.337 mil no período. Isso ocorreu em razão do aumento no volume de vendas e também ao prolongamento nos prazos de pagamentos que a Companhia tem promovido junto aos seus fornecedores visando uma melhor gestão do capital de giro.

Obrigações Sociais e Trabalhistas

A conta de obrigações sociais e trabalhistas do balanço patrimonial Consolidado, apresentava um montante de R$5.788 mil em 31 de dezembro de 2018 e R$5.567 mil em 31 de dezembro de 2017. O aumento registrado, no montante de R$221 mil, é proveniente do aumento nos saldos de tributos sociais a recolher.

Empréstimos e financiamentos

Os diretores informam que o aumento apresentado na conta de empréstimos e financiamentos é proveniente, principalmente, de novos financiamentos de importação (Finimp), captados pela companhia, conforme descrito no item 10.1.f.

10.2) Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

I. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossas receitas estão assim distribuídas:

	Receita líquida (Consolidada)						
	R$ mil			Quantidade			
	2019	2018	2017	UM	2019	2018	2017
Venda de bobinas e chapas pré-pintadas	65.314	70.206	61.638	Ton	12.125	14.189	14.502
Serviço de pintura em bobinas de aço	43.653	33.409	31.871	Ton	30.214	27.223	28.265
Serviço de pintura em bobinas de alumínio	25.158	15.426	9.648	Ton	12.715	7.433	3.289
Exportação de bobinas e chapas pré-pintadas	2.624	1.941	1.952	Ton	368	310	348
Venda de móveis de aço - (módulos)	5.590	9.822	12.629	Pç	23.221	42.230	60.126
Venda de móveis de aço - (partes e peças)	24	56	88	Pç	216	1.199	1.622
Venda de Paineis de alumínio (constr.civil)	6.896	6.310	6.230	M²	68.423	66.671	69.478
	149.259	**137.170**	**124.056**				

II. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O principal fator que contribuiu para o aumento dos resultados operacionais da companhia em 2019 foi o aumento da receita operacional líquida (9% no consolidado)

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volume e introdução de novos produtos e serviços

O aumento das receitas em 2019 decorreu basicamente do aumento de serviço de pintura em bobinas de aço e alumínio.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O aço pré-pintado produzido pela Tekno têm sofrido forte concorrência dos produtos importados, principalmente da Ásia.

O câmbio também é fator relevante para a Tekno pois a variação do dólar poderá ocasionar um aumento dos insumos importados ou produzido com componentes importados por ela adquiridos.

A variação do preço do aço é outro fator que pode afetar o resultado operacional da Companhia e de suas controladas, à medida em que o aumento do preço do aço acarreta a elevação do custo do produto vendido.

10.3) Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação na Companhia de segmento operacional nos exercícios de 2019 e 2018.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária pela Companhia nos exercícios de 2019 e 2018.

c) Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais na Companhia nos exercícios de 2019 e 2018.

10.4) Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que as informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), identificadas como Controladora e Consolidado.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019**

  Não houve alterações das práticas contábeis.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018**

  Não houve alterações das práticas contábeis.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017**

  Não houve alterações das práticas contábeis.

b) Efeitos significativos das alterações das práticas contábeis

Não houve alterações das práticas nos três últimos exercícios

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019**

  O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018**

  O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

- **Exercício social findo em 31 de dezembro de 2017**

  O Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 não possui ressalvas ou parágrafos de ênfase.

10.5) Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A companhia adota, na elaboração das demonstrações financeiras, todas as normas IFRS e as normas CPC para avaliar os seus ativos, passivos, receitas e despesas, e realizar as estimativas necessárias. As estimativas são elaboradas com base nos relatórios emitidos por seus assessores legais e financeiros, assim como na experiência adquirida da Companhia.

- **Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas**

  Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas.

  As estimativas e premissas a seguir descritas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas nas estimativas contábeis são reconhecidos no exercício ou período em que as estimativas são revistas se a revisão afetar apenas este exercício ou período, ou também em exercícios ou períodos subsequentes se a revisão afetar os resultados futuros.

  De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive quanto a variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, são incluídos comentários referentes a alguns assuntos, conforme segue:

  a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

  São utilizadas projeções de resultados preparadas pela Administração e aprovadas pelo Conselho de Administração, as quais contêm diversas premissas e julgamentos, objetivando mensurar o potencial de geração de lucros tributáveis futuros que sustentem a realização das bases tributáveis geradoras do imposto de renda e da contribuição social diferidos a serem

registrados nas demonstrações financeiras. O lucro tributável futuro real pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, que é baseada nas suas práticas e experiência prévia e refletem a vida econômica desses ativos. A companhia revisa anualmente as vidas úteis de seu ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar em decorrência de diversos fatores. As vidas úteis do imobilizado também afetam os testes de recuperação de seu custo.

c) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizado, avaliando a existência ou não de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo seu valor justo de mercado, descontando as despesas necessárias para venda, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

d) Provisão para realização dos estoques

A provisão para realização dos estoques é constituída com base na análise dos preços de venda praticados, líquidos dos efeitos de tributos e de despesas incorridas nos esforços de vendas.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

g) Provisão para benefícios pós-emprego

A provisão para benefícios pós-emprego é constituída com base em laudo atuarial realizado por empresa especializada, utilizando as premissas descritas abaixo:

	2019	2018	2017
Taxa de desconto	3,32% ao ano ("a.a.")	4,78% ao ano ("a.a.")	5,18% ao ano ("a.a.")
Taxa de inflação	3,68% ao ano ("a.a.")	3,96% ao ano ("a.a.")	4,50% ao ano ("a.a.")
Índice de dependência principal	80%	80%	80%
Rotatividade	9,56% ao ano ("a.a.")	10,33% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-200

h) Provisão para despesas com aposentadoria compulsória

A Companhia constitui provisão para despesas com aposentadoria compulsória de gerentes e supervisores com base nos valores das multas rescisórias, ajustadas a valor presente, com base nas premissas descritas abaixo:

	2019	2018	2017
Taxa de desconto	3,46% ao ano ("a.a.")	4,78% ao ano ("a.a.")	5,18% ao ano ("a.a.")
Taxa de evolução salarial	3,68% ao ano ("a.a.")	3,96% ao ano ("a.a.")	4,50% ao ano ("a.a.")
Taxa anual das quotas do FGTS	3%	3%	3%
Rotatividade	9,56% ao ano ("a.a.")	10,33% ao ano ("a.a.")	9,86% ao ano ("a.a.")
Tabela de mortalidade	AT-2000	AT-2000	AT-200

10.6) Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia, não possuía em 31 de dezembro de 2019 contratos de arrendamento mercantis em andamento que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

II. Carteiras de recebíveis baixadas sobre os quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não existiam em 31 de dezembro de 2019 carteiras de recebíveis baixadas com riscos futuros.

III. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não existiam em 31 de dezembro de 2019 contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

IV. Contratos de construção não terminada

Não existiam em 31 de dezembro de 2019 contratos de construção.

V. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não existiam em 31 de dezembro de 2019 contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2019 não apresentou ativos e passivos conhecidos que não estejam divulgados em suas demonstrações financeiras e notas explicativas.

10.7) Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável

10.8) Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

I. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

- **Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** Consiste na subscrição de capital nas controladas Casamob e Alukroma e na controlada em conjunto Perfilor, para aplicar em seus novos investimentos operacionais.

  Investimento
  - Realizado até 31/12/2019 = R$ 89.398
  - Previsto para os próximos exercícios = R$ 0
  - Investimento total = R$ *89.398*

- **Linhas de pintura 1:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de maquinas e equipamentos da linha de pintura 1.

  Investimento
  - Realizado até 31/12/2019 = R$ -
  - Previsto para os próximos exercícios = R$ 3.149
  - Investimento total = R$ 3.149

- **Linhas de pintura 2:** Refere-se a investimentos para automação, modernização e substituição de maquinas e equipamentos das linhas de pintura 2.

  Investimento
  - Realizado até 31/12/2019 = R$ -
  - Previsto para os próximos exercícios = R$ 1.527
  - Investimento total = R$ 1.527

- **Tecnologia e projetos:** Os investimentos tecnológicos estão divididos em infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e em Softwares e sistemas de gestão, tendo por objetivo acompanhar as novas tecnologias de TI, adquirir novos computadores e periféricos e aprimorar os sistemas de gestão da Companhia.

Investimento
- Previsto para os próximos exercícios = R$ 782

II. Fontes de financiamento dos investimentos

Tradicionalmente para seus investimentos e capital de giro, a companhia utiliza recursos oriundos da sua geração própria de caixa. Entretanto, a Companhia poderá recorrer a fontes de financiamento para seus investimentos sempre que os custos destes recursos sejam competitivos no julgamento de sua administração para gerar valor aos seus acionistas.

III. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O Conselho de Administração da companhia, aprovou em reunião realizada no dia 11 de março de 2020, os termos do Memorando de Entendimentos ("MOU"), firmado entre a sua controlada Casamob Indústria e Comércio ("CASAMOB") e a empresa New Order Comércio, Importação e Exportação Ltda ("NEW ORDER"), com o propósito de estabelecer as condições gerais que nortearão as tratativas para a aquisição do negócio de fabricação de móveis de aço da CASAMOB, pela NEW ORDER.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há investimento que deva influenciar materialmente a capacidade produtiva a curto prazo.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

I. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não houve.

II. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve.

III. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não houve.

IV. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve.

10.9) Comentar sobre outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável

V – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tekno S.A. Indústria e Comércio (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tekno S.A. Indústria e Comércio em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado – Individual e Consolidado

Conforme mencionado nas notas explicativas 3.7 e 11, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado e utilizou-se do laudo de avaliação a valor de mercado elaborado por Empresa Terceirizada Especializada que utiliza critérios de avaliação, metodologia especifica e procedimentos de avaliação para calcular o valor de mercado, líquido das despesas de vendas. Esses critérios podem impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consequentemente, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos o entendimento do desenho dos controles chave relacionados à análise do valor recuperável do ativo imobilizado disponibilizados pela Companhia. Avaliamos a adequação das metodologias e procedimentos utilizados pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que o ativo imobilizado da Companhia possa ter indícios de desvalorização. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos o relatório de avaliação patrimonial que suporta o valor justo do ativo imobilizado da Companhia, líquido das despesas de vendas. Adicionalmente, consideramos também a adequação e a conformidade das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que é aceitável o valor do ativo imobilizado da Companhia no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos

ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Campos, 11 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Moacyr Humberto Piacenti

Contador CRC 1SP204757/O-9

VI – PARECER DO CONSELHO FISCAL (REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 20 DE MARÇO DE 2020)

"Em atendimento às atribuições estatutárias e legais e na forma deliberada em reunião realizada nesta data, os membros do Conselho Fiscal da Tekno S/A Indústria e Comércio, infra-assinados, vêm emitir seu parecer: por unanimidade, no sentido de serem aprovadas, pela Assembleia Geral, **a)** as Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; **(b)** a proposta para distribuição dos dividendos, e a destinação do saldo do lucro líquido; e **(c)** o orçamento de capital. No desempenho de suas funções, os Conselheiros encontraram os documentos em ordem, tendo em vista o que a respeito atesta o parecer da empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes".

VII – PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LIQUIDO DO EXERCÍCIO
(ANEXO 9.1 – II da IN CVM 481)

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício foi R$ 9.383.428,85.

No entanto, a Companhia possuía prejuízos acumulados dos exercícios anteriores, de modo que o lucro líquido ajustado a ser destinado é de R$.2.064.066,06.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da administração à AGO será de distribuir do lucro líquido ajustado do exercício o montante de R$.490.263,25, como dividendos mínimos obrigatórios.

Tendo em vista que o Estatuto Social da Companhia prevê uma prioridade de recebimento de um dividendo anual aos acionistas preferencialistas, equivalente a 3% do valor do patrimônio líquido da ação, todo o dividendo mínimo obrigatório será destinado aos referidos acionistas, à razão de R$.0,36/ação.

Não houve distribuição de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio no exercício.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O lucro líquido distribuído corresponde a 25% do lucro líquido ajustado do exercício menos reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Nos exercícios anteriores não houve distribuição

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

O valor total bruto dos dividendos propostos à AGO é de R$.490.263,25, à razão de R$.0,36 por ação preferencial.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta à AGO será de pagar os dividendos, se aprovados, no prazo de 60 dias da data da Assembleia.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos não serão corrigidos monetariamente e não incidirão juros sobre eles.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A proposta da administração à AGO será de considerar a data da Assembleia.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Lucro líquido

	2019	2018	2017	2016
Lucro líquido por ação ON	3,183	0,244	prejuizo	prejuizo
Lucro líquido por ação PN	3,183	0,244	prejuizo	prejuizo

Lucro líquido ajustado

	2019	2018	2017	2016
Lucro líquido por ação ON	0,000	prejuizo	prejuizo	prejuizo
Lucro líquido por ação PN	0,360	prejuizo	prejuizo	prejuizo

b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Não houve distribuição nos 3 últimos exercícios

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

	2019
Lucro líquido do exercício	9.383.428,85
Efeito da realização do custo atribuído (deemed cost)	637.477,93
Compensação de prejuízos acumulados	-7.956.840,72
Lucro líquido ajustado	2.064.066,06
Reserva legal (5%) sobre o lucro líquido ajustado	-103.203,30

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A companhia adota como procedimento contábil a realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*) registrado no resultado do exercício, transferindo todo seu montante para a conta de lucros/prejuízos acumulados, anulando o efeito incorrido no lucro líquido do exercício.

A companhia adota ainda como política a inclusão da realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*) à base de cálculo da reserva legal.

Portanto, a reserva legal é calculada em 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício, depois da compensação dos prejuízos acumulados, mais a realização da depreciação do custo atribuído (*deemed cost*), que não excederá 20% (vinte por centro) do capital social. Em 2019, Lucro líquido do exercício R$ 9.383.428,85, efeito da realização do custo atribuído (deemed cost) R$ 637.477,93 e o prejuízo acumulado compensado R$ 7.956.840,72. Base de cálculo para reserva legal R$ 2.064.066,06, Reserva legal (5%) R$ 103.203,30.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme dispõe o artigo 33 do Estatuto Social, em seu parágrafo 3º: “Do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da LEI 6.404 de 15/12/76, será destinada a importância necessária ao pagamento do dividendo assegurado aos acionistas preferenciais, na forma de Artigo 8, inciso "a" e ao pagamento dos dividendos não prioritários a todos os acionistas, ficando estabelecido que, no mínimo, 25% (Vinte e cinco por cento) do saldo de que trata este Parágrafo serão obrigatoriamente destinados à distribuição aos acionistas, como dividendo”.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há montante retido

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há montante destinado

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há montante destinado

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável

b. Identificar o montante destinado a reserva

Não há montante destinado

c. Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Retenção de lucro para orçamento de capital no ano de 2020 é de R$ 1.470.599,35.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

ORÇAMENTO DE CAPITAL EM R$ 1.000,00

A TEKNO S.A. planeja investir **R$ 5.458** no ano de 2020, em máquinas, equipamentos e atualização tecnológicas, destacando-se os upgrades nas linhas de pinturas 1 e 2.

Para viabilização desse plano para o ano de 2020 serão utilizados recursos próprios e/ou de terceiros, assim como aqueles consignados na Reserva de Retenção de Lucros. Assim sendo, objetivando dar continuidade na política da Companhia de investir com seus próprios recursos, propõe destinar o valor de **R$ 1.471** para Reserva de Retenção de Lucros, conforme orçamento de capital, cuja aprovação é submetida aos acionistas, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76 e alterações posteriores.

A seguir é apresentado o resumo das aplicações e origens do programa de Investimentos (Orçamento de capital):

ORIGENS	
Retenção de Lucros	1.471
Outros recursos próprios e/ou de terceiros	3.987
	5.458

APLICAÇÕES

Medidor de Camada LP 1	822
Substituição Caldeira LP 1	1500
Medidor de Camada LP 2	814
Atualização Tecnológica CT 1	482
Substituição Trocador de Calor LP 2	713
Reforma do Sistema de Resfriamento LP 1	169
Grampeadora LP 1	514
Motorização dos Desbobinadores LP 1	144
Ferramenta Comercial	300
Total das Aplicações	**5.458**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há montante destinado

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

VIII - INSTALAÇÃO DO CONSELHO FISCAL (Itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

Em atendimento ao artigo 10 da Instrução CVM 481, a Companhia fornece abaixo as informações indicadas nos subitens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, conforme indicado no Anexo "A" da Instrução CVM nº 552, de 09 de outubro de 2014.

12.5 / 12.6 – Composição e experiência profissional:

Nome	Data de nascimento	Orgão da ADM	Data de eleição	Prazo do mandato	Número de mandatos consecutivos
CPF	Profissão	Cargo Eletivo indicado	Data de Posse	Indicado pelo controlador	Percentual de participação em reuniões (%)
Outros Cargos e funções					
Arystóbulo de Oliveira Freitas	01/07/1961	CF	28/04/2020	Até a A.G.O. de 2021	17
040.278.498-76	Advogado	Conselho CF Titular		Sim	100
Não exerce outros cargos ou funçoes na companhia					
Sergio Lucchesi Filho	21/07/1950	CF	28/04/2020	Até a A.G.O. de 2021	17
332.063.688-04	Contador	Conselho CF Titular		Sim	100
Não exerce outros cargos ou funçoes na companhia					
Toshio Noshioka	18/03/1952	CF	28/04/2020	Até a A.G.O. de 2021	7
480.427.228-34	Contador	Conselho CF Titular		sim	96,55
Não exerce outros cargos ou funçoes na companhia					
Carlos Atushi Nakamuta	26/10/1976	CF	28/04/2020	Até a A.G.O. de 2021	5
011.603.868-38	Contador	Suplente Conselheiro Fiscal		Sim	NA
Não exerce outros cargos ou funçoes na companhia					
Ricardo Brito Costa	19/08/1959	CF	28/04/2020	Até a A.G.O. de 2021	11
259.300.478-98	Advogado	Suplente Conselheiro Fiscal		Sim	NA
Não exerce outros cargos ou funçoes na companhia					
Vinícius Nishioka	08/10/1976	CF	28/04/2020	Até a A.G.O. de 2021	1
025.099.447-03	Contador	Suplente Conselheiro Fiscal		Sim	NA
Não exerce outros cargos ou funçoes na companhia					

Experiência profissional/Declaração de eventuais condenações/Critérios de Independência

Arystóbulo de Oliveira Freitas

Formação:

Graduação - Direito pela Faculdade Paulista de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1984
Mestrado - Direito Difuso e Coletivo pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Experiência profissional:

Advogado atuante, professor e conferencista.

Sérgio Lucchesi Filho

Formação:

Graduação - Ciências Contábeis
Graduação - Administração

Experiência profissional:

Contador e Administrador de empresas pela FEA/USP, trinta e dois anos de experiência profissional acumulada nas áreas de auditoria, consultoria gerencial e tributos, autor de artigos e entrevistas, em matéria contábil e tributária publicadas em periódicos do país.

Toshio Nishioka

Formação:

Graduação - Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade da Zona Leste de São Paulo – 1977
Graduação - Bacharel em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito Cândido Mendes – 1987

Experiência profissional:

Sócio da Boucinhas, Campos & Conti - Auditores Independentes.

Ricardo Brito Costa

Formação:

Graduação - Direito pela Universidade de São Paulo, em 1999.

Experiência profissional:

Atua na área contenciosa civil, inclusive em contendas societárias.

Carlos Atushi Nakamuta

Formação:

Graduação - Bacharel em Ciências Contábeis e Bacharel em Ciências Atuariais pela FMU
Pós-Graduação (MBA) - Gestão Atuarial e Financeira – FIPECAFI.
Mestrado - Contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Experiência profissional:

Sócio na Moore Stephens Auditores e Consultores; Atua nas áreas de Auditoria e Corporate Finance desde junho de 2004; Foi também Diretor Técnico de Auditoria de Boucinhas & Campos com especialização em instituições financeiras, sendo responsável pela auditoria de parte das empresas do Conglomerado Financeiro Banco Itaú S.A., cerca de 40 empresas, incluindo empresas do ramo segurador.

Vinícius Nishioka

Formação:

Graduação - Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio de Janeiro
Graduação - Direito na Universidade Gama Filho
MBA - Gestão de Negócios no IBMEC.

Experiência profissional:

Sólida experiência na área financeira, planejamento e orçamento, estratégia, novos negócios (due diligence), mercado de capitais, plano de negócios, tributos, relatórios financeiros (demonstrações financeiras e packages), gerenciamento de risco, compliance, auditoria e controladoria. Bons conhecimentos em legislação societária e em processos de reestruturação (M&A). Experiência em grupos multinacionais com sede na Europa, EUA e China. Acostumado com processos de tomada de decisão. Habilidades de liderança, treinamento e desenvolvimento de equipes. Trabalhou na CARGILL (2013-2014), ENERGISA (2015), KPMG (2007-2012) e Boucinhas & Campos (1995-2007). Atualmente no GRUPO STATE GRID (desde 2016), lidera a área financeira da Xingu Rio Transmissora de Energia.

A Companhia não tem conhecimento da existência, nos últimos 05 (cinco) anos, de condenações cíveis, criminais ou administrativas, transitadas em julgado, em nome dos candidatos acima. A Companhia declara ainda que obteve dos indicados acima a informação de que estão em condições de firmar a declaração de desimpedimento prevista em Lei e no artigo 2º da Instrução CVM nº 367/2002.

12.7/8 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração:

Não há composição de comitês na Companhia.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores:

As pessoas indicadas não possuem relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau, relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros*:*

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros.

IX – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Item 13 do Formulário de Referência)

I. A proposta de remuneração dos administradores

A Companhia propõe, para o exercício em curso, que a remuneração global dos Administradores seja fixada no montante R$ 3.491.322,03 (três milhões quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e vinte e dois reais e três centavos), já inclusos neste valor todos os encargos sociais e benefícios.

II. As informações indicadas no item 13 do formulário de referência, que estão a seguir demonstradas

13.1) Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o comprometimento dos mesmos e também atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Além do plano de assistência médica, a Companhia oferece um plano de previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), administrado pela Bradesco

Vida e Previdência S.A., para os diretores e colaboradores. Trata-se de uma poupança incentivada na qual o colaborador aplica mensalmente até 4,5% do salário, levando a Companhia a contribuir com o mesmo valor.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração pela Companhia é composta pelos seguintes elementos:

- **Remuneração fixa anual:** corresponde ao salário ou pró-labore e aos benefícios diretos e indiretos.
- **Remuneração variável:** corresponde a participações nos resultados.
- **Benefícios pós-emprego:** compreende os valores pagos a título de planos de previdência privada.

A aplicação destes elementos ocorre de maneira diferenciada para cada órgão da administração da Companhia, conforme detalhados a seguir.

Conselho de Administração
Os membros do Conselho de Administração fazem jus à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia, podendo receber remuneração variável.

Diretoria Estatutária

Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter os profissionais que agreguem valor aos resultados da Companhia. Como parte da remuneração fixa, ainda, a Companhia concede aos membros da Diretoria Estatutária os seguintes benefícios diretos e indiretos: seguro de vida em grupo, seguro de vida para acidentes pessoais, carro, plano de previdência privada e plano de saúde.

Há também o pagamento, em forma de remuneração variável, de participação nos resultados da Companhia, cujo montante global será fixado pela Assembleia Geral. O objetivo da remuneração variável é recompensar pelos resultados da Companhia.

A Companhia também concede um benefício pós-emprego, mediante o pagamento dos valores dos planos de previdência privada cujos beneficiários são os membros de sua Diretoria Estatutária.

Conselho Fiscal
Os membros do Conselho Fiscal fazem jus somente à remuneração fixa, a qual visa recompensar, atrair e reter conselheiros que agreguem valor aos resultados da Companhia.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2019	Conselho de Adm	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	83,40%	70,28%	83,33%
Benefícios direto e indireto	0,00%	8,37%	0,00%
Outros	16,60%	19,66%	16,67%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	1,69%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2018	Conselho de Adm	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	83,43%	69,70%	83,33%
Benefícios direto e indireto	0,00%	9,17%	0,00%
Outros	16,57%	19,09%	16,67%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	2,04%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social findo em: 31 de dezembro de 2018	Conselho de Adm	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa			
Salário ou pró-labore	83,51%	67,79%	83,33%
Benefícios direto e indireto	0,00%	12,33%	0,00%
Outros	16,49%	18,90%	16,67%
Remuneração variável			
Partic de resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Benefício pós-emprego	0,00%	0,97%	0,00%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

As remunerações são reajustadas anualmente de acordo com nas mesmas datas e percentuais dos aumentos salariais aplicáveis ou concedidos aos empregados da empresa, em razão do dissídio coletivo.

A remuneração variável é com base nos resultados obtidos pela Companhia e o montante global é fixado pela Assembleia Geral.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração visa recompensar, atrair e reter os profissionais qualificados que agreguem valor aos resultados da Companhia e, no caso da Diretoria Estatutária, no que se refere à remuneração variável especificamente recompensar pelos resultados obtidos.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A companhia não possui membros da administração não remunerados.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Remuneração fixa: responsabilidades atribuídas ao cargo.

Remuneração variável: com base em resultados financeiros dos negócios da Companhia. Os indicadores apurados incluem: o lucro líquido, faturamento líquido e margem EBITDA.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

No início de cada ano, são definidas as metas da Companhia. O atendimento a essas metas é acompanhado de forma periódica durante o ano e finalmente apurado ao término do exercício social, sendo esse resultado final a base para o cálculo da remuneração variável, considerando o nível de atendimento de cada indicador, dentre aqueles descritos no sub-item "c" acima.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Vide letra "a." acima.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há pagamento de remuneração suportada por subsidiárias ou qualquer outra controlada ou controlador a qualquer membro do Conselho e/ou Diretoria da Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

A Companhia não possui qualquer remuneração ou benefício vinculados à ocorrência de determinado evento societário específico.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Não aplicável.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Não aplicável.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Não aplicável.

13.2) Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.

Remuneração Total Projeção 2020				
	Conselho de Administração	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Nº de membros	7	3	5	15
Nº de membros remunerados	7	3	5	15
Remuneração fixa anual	**954.801**	**2.188.579**	**310.872**	**3.454.252**
Salário ou pró-labore	796.734	1.554.363	259.060	2.610.157
Benefícios direto e indireto	-	199.834	-	199.834
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	158.067	434.382	51.812	644.261
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	**-**	**37.071**	**-**	**37.071**
Cessação do Cargo	**-**	**-**	**-**	**-**
Baseada em Ações	**-**	**-**	**-**	**-**
Total da Remuneração	**954.801**	**2.225.650**	**310.872**	**3.491.323**

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2019 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	3	5	14,33
Nº de membros remunerados	6,33	3	5	14,33
Remuneração fixa anual	**826.124**	**2.157.222**	**283.520**	**3.266.866**
Salário ou pró-labore	689.009	1.542.136	236.267	2.467.412
Benefícios direto e indireto	-	183.758	-	183.758
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	137.115	431.328	47.253	615.696
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	**-**	**37.053**	**-**	**37.053**
Cessação do Cargo	**-**	**-**	**-**	**-**
Baseada em Ações	**-**	**-**	**-**	**-**
Total da Remuneração	**826.124**	**2.194.275**	**283.520**	**3.303.919**

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Remuneração fixa anual	**661.608**	**1.622.373**	**228.234**	**2.512.215**
Salário ou pró-labore	551.992	1.154.325	190.195	1.896.512
Benefícios direto e indireto	-	151.867	-	151.867
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	109.616	316.181	38.039	463.836
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	**-**	**33.767**	**-**	**33.767**
Cessação do Cargo	**-**	**-**	**-**	**-**
Baseada em Ações	**-**	**-**	**-**	**-**
Total da Remuneração	**661.608**	**1.656.140**	**228.234**	**2.545.982**

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	13
Nº de membros remunerados	5	3	5	13
Remuneração fixa anual	**537.661**	**1.286.951**	**228.234**	**2.052.846**
Salário ou pró-labore	448.975	881.051	190.195	1.520.221
Benefícios direto e indireto	-	160.291	-	160.291
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	88.686	245.609	38.039	372.334
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	Encargos sociais ônus do empregador	
Remuneração variável	**-**	**-**	**-**	**-**
Bônus	-	-	-	-
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Pós-emprego	**-**	**12.649**	**-**	**12.649**
Cessação do Cargo	**-**	**-**	**-**	**-**
Baseada em Ações	**-**	**-**	**-**	**-**
Total da Remuneração	**537.661**	**1.299.600**	**228.234**	**2.065.495**

13.3) Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável - Prevista para o exercício social corrente - 2020				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7	3	5	**15**
Nº de membros remunerados	7	3	5	**15**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.554.363	-	1.554.363
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	-

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2019				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	3	5	**14,33**
Nº de membros remunerados	6,33	3	5	**14,33**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	**-**
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	**-**
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.542.136	-	**1.542.136**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	**-**
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	**-**

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2018				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	**13**
Nº de membros remunerados	5	3	5	**13**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	**-**
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	**-**
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	1.154.325	-	**1.154.325**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	**-**
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	**-**

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2017				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	5	3	5	**13**
Nº de membros remunerados	5	3	5	**13**
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	**-**
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	**-**
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	**-**
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	881.051	-	**881.051**
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	-	-	-	**-**
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-	**-**

13.4) Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

Não aplicável

13.5) Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.6) Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.7) Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.8) Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável

13.9) Informar quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle

comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Não aplicável

13.10) Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	2
Nome do plano	N/A	Bradesco Previdência
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	Não previsto
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R$ 117.723,74
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	0	R$ 37.052,93
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	Existe a possibilidade de resgate antecipado, permitindo a Companhia resgatar o mesmo valor.

13.11) Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano	Orgão	Nº de membros	Valor da maior remuneração individual	Valor da menor remuneração individual	Valor médio de remenuração individual
2019	Conselho Administração	6,33	226.020	68.898	118.018
	Diretoria Estatutária	3	957.963	544.176	731.425
	Conselho Fiscal	5	56.704	56.704	56.704
2018	Conselho Administração	5	107.532	107.532	107.532
	Diretoria Estatutária	3	531.853	273.656	433.200
	Conselho Fiscal	5	45.647	14.045	38.039
2017	Conselho Administração	6	100.617	100.617	100.617
	Diretoria Estatutária	3	809.331	175.866	519.870
	Conselho Fiscal	5	44.733	44.733	44.733

13.12) Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Exceto quanto ao plano de previdência privada oferecido a todos colaboradores com as mesmas regras para a Diretoria, não existe apólice de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Orgão	%
2019	Conselho Administração	0,00%
	Diretoria Estatutária	75,20%
	Conselho Fiscal	0,00%
2018	Conselho Administração	0,00%
	Diretoria Estatutária	67,30%
	Conselho Fiscal	0,00%
2017	Conselho Administração	0,00%
	Diretoria Estatutária	78,94%
	Conselho Fiscal	0,00%

13.14) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2019 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	1	0	0	1
Valores reconhecidos no resultado	417.470	0	0	417.470

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2018 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	2	0	0	2
Valores reconhecidos no resultado	1.354.173	0	0	1.354.173

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12/2017 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	2	0	0	2
Valores reconhecidos no resultado	375.959	0	0	375.959

13.15) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não aplicável

13.16) Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que o emissor julgue relevante

X – RATIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO JORNAL

Promover as publicações legais da Companhia no jornal "**DATA MERCANTIL**", em função da descontinuidade da circulação da versão impressa do jornal "**DCI – Diário Comércio, Indústria & Serviços**".